



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000436/2025
Processo: 11114-00 2025
Autoria: Negro Bússola
Ementa: Autoriza o poder Público Municipal a conceder isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis localizados em áreas diretamente afetadas pela obras públicas de macrodrenagem no córrego de Santa Luzia no Município de Juiz de Fora.

Parecer - Marcelo Peres Guerson Medeiros Diretoria Jurídica

PARECER Nº: 443/2025.

I. RELATÓRIO

Solicita o Ilustre, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa, parecer acerca da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 436/2025, que: "Autoriza o poder Público Municipal a conceder isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis localizados em áreas diretamente afetadas pela obras públicas de macrodrenagem no córrego de Santa Luzia no Município de Juiz de Fora".

A proposição estabelece requisitos mínimos para elegibilidade, condiciona a concessão à regulamentação por decreto e afirma que a autorização não gera obrigação ao Executivo.

É o relatório. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Pela ordem, as Cartas Magna e Mineira dispõem sobre normas que autorizam os Municípios a legislar sobre assuntos de interesse local, senão vejamos:

Constituição Federal:

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P291694



Art. 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Constituição Estadual:

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local...

Lei Orgânica Municipal:

"Art. 5.º A competência do Município decorre da autonomia que lhe assegura as Constituições Federal e Estadual e é exercida, especialmente, por:

(...)

II - decretação e arrecadação dos tributos de sua competência, aplicação de suas rendas, sem prejuízo das obrigações legais ou constitucionais nos prazos fixados em lei;"

Por interesse local entende-se:

"todos os assuntos do Município, mesmo em que ele não fosse o único interessado, desde que seja o principal. É a sua predominância; tudo que repercute direta e imediatamente na vida municipal é de interesse local". (CASTRO José Nilo de, in Direito Municipal Positivo, 4. ed., Editora Del Rey, Belo Horizonte, 1999, p. 49).

A competência do Município, portanto, reside no direito subjetivo público de tomar toda e qualquer providência, em assunto de interesse local, isto é, em assuntos de seu peculiar interesse, legislando, administrando, tributando, fiscalizando, sempre nos limites ou parâmetros fixados pela Constituição da República e também pela Constituição Estadual.



Portanto, não há óbice quanto à competência, já que a matéria é de interesse local.

O IPTU é um imposto de competência municipal, conforme previsto no Art. 156, I, da Constituição Federal (CF/88).

O Art. 150, I, da CF/88 e o Art. 97, VI, do CTN estabelecem que a isenção de tributos só pode ser concedida por meio de lei. Este projeto satisfaz esse requisito formal.

Quanto à iniciativa, a matéria em exame, por versar sobre Direito Tributário (renúncia de receita) e não sobre a estrutura administrativa ou regime jurídico de servidores, não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo do Art. 36 da Lei Orgânica.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu Art. 14, exige que a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária, que impliquem renúncia de receita, seja acompanhada de: a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro; b) demonstração de que a renúncia foi considerada na LOA; e c) medidas de compensação.

Contudo, a proposição, em seu Art. 4º, adota a cautela necessária ao estabelecer que a autorização não gera obrigação, condicionando a efetiva concessão da isenção à prévia "análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária por parte do Município".

No entanto, esta proposta, em seu Art. 4º, expressamente condiciona a efetiva concessão da isenção à "análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária por parte do Município".

Dessa forma, o projeto se limita a instituir a norma autorizadora (função legislativa), cabendo ao Poder Executivo a análise da oportunidade e da conveniência (mérito administrativo), bem como a efetivação da concessão, com o devido cumprimento das exigências da LRF (disponibilidade orçamentária e medidas compensatórias).

III. CONCLUSÃO.

Diante do exposto, com fundamento nas disposições constitucionais, legais e doutrinárias

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P291694



apresentadas, sem adentrar o mérito da matéria, **opina-se pela legalidade e constitucionalidade.**

Por derradeiro cumpre esclarecer que todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo. O Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua incontestável obra "Direito Administrativo Brasileiro", leciona:

"O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação por quem o solicitou."

É o nosso parecer, s.m.j., que ora submetemos, à apreciação da digna Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa.

Palácio Barbosa Lima, 4 de dezembro de 2025.

Marcelo Peres Guerson Medeiros
Assessor Técnico

Aprovo o parecer em 04/12/2025
Luciano Machado Torrezio
Diretor Jurídico Adjunto

